

# POR QUE O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NÃO SE CONSOLIDARAM COMO UMA AGENDA DE PESQUISA PRODUTIVA DO CAMPO DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA? UMA EXPLICAÇÃO GERAL DE CUNHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Walter Antonio Desiderá Neto<sup>1</sup>

## SINOPSE

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (M&A/PP) constituem atividades que têm sido crescentemente praticadas e têm despertado cada vez mais interesse de pesquisadores e da sociedade em todo o mundo. Entretanto, no que tange ao objeto avaliado, ainda que fosse compreensível o predomínio das políticas públicas domésticas, a política externa tem ocupado um espaço exageradamente minoritário no conjunto dessas pesquisas. De forma a explicar uma parte desse panorama aparentemente paradoxal, este artigo tem como objetivo elencar um dos motivos para que, desde seu surgimento nos anos 1950, o campo da Análise de Política Externa (APE) tenha abordado o tema referente ao Monitoramento e Avaliação da Política Externa (M&A/PE) com a oferta de poucos aportes científicos. O trabalho buscará evidenciar como características singulares da política externa e do sistema internacional são fatores que produzem dificuldades teórico-metodológicas específicas para a realização dessas tarefas.

**Palavras-chave:** Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (M&A/PP); Análise de Política Externa; relações internacionais.

## ABSTRACT

Policy Monitoring and Evaluation (M&E) are activities which have growingly been practiced around the world, raising the attention from researchers and the whole society. However, when it comes to the evaluated object, even though the predominance of domestic public policies would be understandable, foreign policy has occupied an exaggeratedly minority space in the set of these studies. To explain part of this apparently paradoxical scenario, this article aims to list one of the reasons why, since its emergence in the 1950s, the field of Foreign Policy Analysis (FPA) has addressed the issue of Monitoring and Evaluation of Foreign Policy (Monitoramento e Avaliação da Política Externa – M&A/PE) by offering a very low quantity of scientific contributions. This work seeks to show how singular characteristics of foreign policy as well as of the international system are factors that produce specific theoretical-methodological difficulties in carrying out these tasks.

**Keywords:** Policy Monitoring and Evaluation (M&E); Foreign Policy Analysis; international relations.

JEL: F50; H83; H87.

Artigo recebido em 10/6/2022 e aprovado em 5/7/2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi33art6>

## 1 INTRODUÇÃO

Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (M&A/PP) constituem atividades que têm sido crescentemente praticadas e têm despertado cada vez mais interesse de pesquisadores e da sociedade em todo o mundo. Especialmente a partir dos anos 1990, o volume publicado de trabalhos com esse perfil cresceu de forma notável. Entre os diferentes atores dedicados à sua produção, destacam-se

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea).

instituições da própria administração pública, empresas de consultoria e pesquisadores da academia. Conforme o levantamento de LaVelle e Donaldson (2015), de 1990 a 2014, a quantidade de organizações de profissionais dedicados a estas atividades passou de 5 a mais de 150, contando com mais de 34 mil membros no conjunto.

Entretanto, no que tange ao objeto avaliado, ainda que fosse compreensível o predomínio das políticas públicas domésticas, a política externa tem ocupado um espaço exageradamente minoritário no conjunto dessas pesquisas. Conforme os resultados da análise bibliométrica empreendida por Crumpton *et al.* (2016, p. 991), entre 2005 e 2014, no Brasil e nos Estados Unidos, o tema sequer figurou entre os vinte mais estudados nas publicações resultantes de pesquisas avaliativas.

De forma a explicar uma parte desse panorama aparentemente paradoxal, este artigo tem como objetivo elencar um dos motivos para que, desde seu surgimento nos anos 1950, o campo da Análise de Política Externa (APE) tenha abordado o tema referente ao Monitoramento e Avaliação da Política Externa (M&A/PE) com a oferta de poucos aportes científicos. O trabalho buscará evidenciar como características singulares da política externa e do sistema internacional são fatores que produzem dificuldades teórico-metodológicas específicas para a realização dessas tarefas. O texto está dividido em três seções clássicas: introdução, desenvolvimento e conclusão.

## 2 O M&A/PE NO CAMPO DA APE

Por ser relativamente recente, ainda que não sejam numerosos os manuais publicados<sup>2</sup> referentes ao campo da APE, de uma maneira geral seus autores concordam que o texto de Rosenau (1966) foi um dos trabalhos seminais para o desenvolvimento de suas bases teórico-conceituais.<sup>3</sup> Ao estimular uma agenda de pesquisa nos anos seguintes, ele proporcionou seu estabelecimento como uma área científica definida, situada em algum lugar entre a ciência política e as relações internacionais, ainda que contando com outros aportes multidisciplinares.

Naquele trabalho, o autor sugeria que o método comparativo, aplicado aos casos de diferentes comportamentos da política externa observados ao longo do tempo e ao redor do planeta, deveria ser o caminho a ser percorrido para que se pudesse induzir, pouco a pouco, alguns postulados teóricos sobre o tema, baseados nas regularidades que fossem eventualmente identificadas. Dessa proposta resultou, entre outros empreendimentos, um intenso esforço de construção de bases de dados – em sua maior parte quantitativos – nas décadas de 1960 e 1970, nas quais se buscou codificar de maneira padronizada toda a gama de atividades que compõem o comportamento da política externa. Dessa empreitada, vale destacar os trabalhos levados a cabo pelo projeto Pesquisa Comparativa sobre Eventos<sup>4</sup> das Nações (Comparative Research on the Events of Nations – Creon).

Como precisamente apontam Morin e Paquin (2018, p. 2), “apesar de a APE não apresentar um único nível de análise, ela pode ser definida por sua variável dependente, ou seja, [o comportamento

2. Entre eles, ver Smith, Hadfield e Dunne (2016) e Hudson (2014).

3. São também considerados trabalhos fundacionais do campo as obras de Snyder, Bruck e Sapin (1954) – com foco na análise do processo decisório – e de Sprout e Sprout (1956) – com ênfase nas características individuais dos decisores envolvidos na formulação e na execução da política externa.

4. Os dados de eventos vão além da simples descrição codificada de uma determinada iniciativa de política externa, buscando conter também informações sobre quais atores estavam envolvidos na interação e quando ela ocorreu, entre outros dados adicionais, a depender do esquema de codificação. As fontes utilizadas costumam ser notícias publicadas pelos meios de comunicação (Schrodt, 1995).

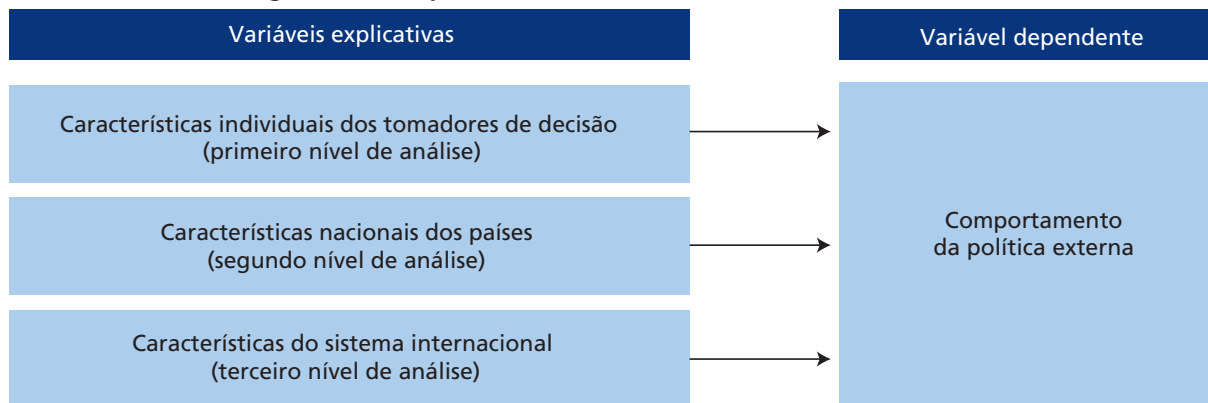
da] política externa”. Em outras palavras, o campo se estabeleceu baseado em dois objetivos gerais: i) delinear as características do seu objeto de estudo, estabelecendo conceitos e criando indicadores que permitissem realizar inferências descritivas a seu respeito; e ii) explicar como e por que as estratégias internacionais dos países são formuladas, as decisões são tomadas e as políticas são executadas. Quanto ao segundo objetivo, de natureza causal, ao longo desses pouco mais de cinquenta anos de longevidade formal da área, as variáveis independentes (causais) que foram e ainda seguem sendo levantadas e examinadas pelos pesquisadores em suas investigações foram se tornando cada vez mais numerosas, apresentando graus de abstração diversos.

Nesse contexto, cabe mencionar que a proposta de Waltz (2001)<sup>5</sup> para organizar os distintos argumentos científicos e filosóficos dedicados a explicar o motivo da ocorrência das guerras – publicada nesta que é uma das obras mais relevantes do campo das relações internacionais – acabou se tornando uma referência importante também para a organização dessa multiplicidade de variáveis causais examinadas em APE. Naquele trabalho, o autor utilizava um recurso metafórico – as três imagens das relações internacionais –, a partir do qual as causas das guerras eram classificadas de acordo com os distintos níveis de análise das variáveis: o homem (o indivíduo), o Estado (a estrutura doméstica dos países) e o sistema internacional (e seu caráter anárquico). Assim, ainda que não fosse a preocupação original do autor examinar a política externa de maneira específica, sua argumentação foi absorvida pela APE de forma ampla, uma vez que a transposição da classificação das variáveis explicativas do campo nesses três níveis de análise se revelou útil, didática e bastante compatível com a sua proposta.

Com base nessa classificação, a figura 1 apresenta de forma esquemática a cadeia causal integrada da APE, consolidada aqui com base nos principais aportes dos especialistas do tema ao longo das décadas. A respeito dos fatores explicativos, dentro do primeiro nível de análise, as variáveis que receberam mais atenção no campo foram o estilo de liderança dos estadistas e de seus assessores (sua personalidade e seus processos cognitivos) e as dinâmicas interativas que envolvem a tomada de decisões por pequenos grupos ou por coalizões de atores autônomos. No segundo nível de análise, os fatores mais estudados foram os processos institucionais governamentais, a política interburocrática, os regimes políticos e a cultura nacional. Por fim, no terceiro nível, as variáveis examinadas com mais frequência foram o peso relativo dos recursos de poder e dos atributos nacionais de cada país no ambiente mundial e as características do sistema internacional, a exemplo da anarquia e da interdependência econômica.

5. Obra originalmente publicada em 1959.

FIGURA 1

**Cadeia causal integrada da APE, por níveis de análise**

Elaboração do autor.

É importante destacar que, no conjunto, o terceiro nível de análise foi aquele que recebeu menos atenção pela APE. Isso se deve principalmente ao fato de que uma das inquietações que moveram aqueles pesquisadores a fundar a área em meados do século XX foi justamente a preocupação em superar as ineficiências das teorias das relações internacionais predominantes à época em explicar o comportamento da política externa em muitos casos. Na maior parte daquelas abordagens teóricas, que tinham como objeto de estudo as características do sistema internacional, assumia-se que as iniciativas individuais dos países eram dotadas de alguma regularidade, partindo de um conjunto de premissas que podem ser resumidas nas seguintes: i) o Estado pode ser examinado como um bloco coeso (ator unitário); ii) ele toma decisões de forma racional, buscando maximizar benefícios e reduzir custos ao defender seus interesses; e iii) seu objetivo mais premente é a busca da preservação de sua própria soberania, devido à anarquia sistêmica.

Em face da vasta lista de experiências históricas que não se enquadravam nas previsões baseadas nessas premissas, a área da APE se debruçou com mais intensidade sobre os outros dois níveis de análise – rejeitando em maior ou menor medida os postulados do racionalismo, a depender do caso. Metodologicamente, significa que a APE abordou a política externa predominantemente como processo, enquanto em relações internacionais essas teorias a estudavam como produto – *outcome* – da estrutura sistêmica.

De toda forma, conforme argumenta Breuning (2007), considerando que a própria variável dependente da APE pode ser examinada de várias formas e segundo diferentes dimensões, percebe-se que a cada um dos três níveis de análise das variáveis independentes corresponde um maior ou menor poder explicativo de acordo com qual componente do comportamento da política externa se pretende verificar a existência de causalidade. A partir de um exame comparativo dos aportes acumulados pela literatura especializada, a autora sugere que as variáveis do primeiro nível de análise têm maior efeito causal sobre os processos de tomada de decisão, as do segundo nível, sobre as iniciativas efetivamente postas em prática pelos governos, e as do terceiro, sobre os resultados que são obtidos.

Decorrente disso, a APE ofereceu menos aportes para a explicação (e a avaliação) dos resultados da política externa, em comparação com a produção de inferências causais para as outras duas dimensões do objeto identificador do campo, quais sejam, a formulação e a execução da política externa. Por esse motivo geral, o M&A/PE, uma tarefa diretamente relacionada com a descrição empírica e

o exame crítico dos resultados observados, não recebeu um volume significativo de contribuições teóricas e metodológicas do campo ao longo de seu desenvolvimento.

Com efeito, como as próprias fronteiras científicas da APE são delimitadas por sua variável central de interesse, é compreensível, do ponto de vista metodológico, que o M&A/PE não tenha sido uma de suas preocupações centrais. Explicando de forma detalhada, num esforço de natureza avaliativa, o comportamento da política externa não é mais aquilo que se deseja explicar, passando a ser um fator causal, enquanto os resultados obtidos se tornam a variável dependente. Assim, como o problema, os objetivos e as perguntas de pesquisa são distintos, as próprias inferências causais pretendidas por seus estudos têm naturezas distintas.

De todo modo, embora a cadeia causal geral da APE não seja a mesma do M&A/PE, não significa que seus aportes teóricos não possam ser aproveitados de alguma maneira de um lado a outro. Adaptando a configuração representada anteriormente na figura 1, obtém-se uma formatação preliminar da cadeia causal do M&A/PE, conforme esquematizado na figura 2. Nela, as variáveis explicativas da APE passam para a condição de antecedentes, ao passo que a variável dependente se torna explicativa, substituída então pelos resultados.

FIGURA 2

**Cadeia causal preliminar do M&A/PE, com foco em resultados e com a absorção dos aportes da APE**



Elaboração do autor.

Conforme representado graficamente na cadeia da figura 2, a hipótese causal subjacente é a de que os resultados conquistados são determinados pelo comportamento assumido pela política externa. Essa cadeia foi denominada aqui como preliminar porque essa causalidade não foi testada nem comprovada cientificamente de forma exaustiva pela APE. Na verdade, predominam na literatura sugestões de que esses resultados dependem mais da posição de poder do país no sistema internacional e da complexa interação entre as iniciativas empreendidas pelo conjunto dos atores do que do comportamento isolado de qualquer unidade do sistema.

Como o objetivo mais elementar do M&A/PE se constituiria no exame do desempenho da política externa a partir da comparação dos seus resultados com os seus objetivos, em qualquer reflexão para a construção de hipóteses explicativas gerais para os casos de sucesso e de fracasso, ou mesmo para a adoção de premissas que embasem as conclusões pretendidas, o pesquisador se depara com um caso do clássico e recorrente problema da relação agente-estrutura nas ciências sociais. Em resumo, ele pode ser traduzido neste caso da seguinte forma: ao mesmo tempo que nenhum país tem a capacidade de controlar e de desafiar eficientemente toda a sorte de restrições impostas pelo ambiente externo,

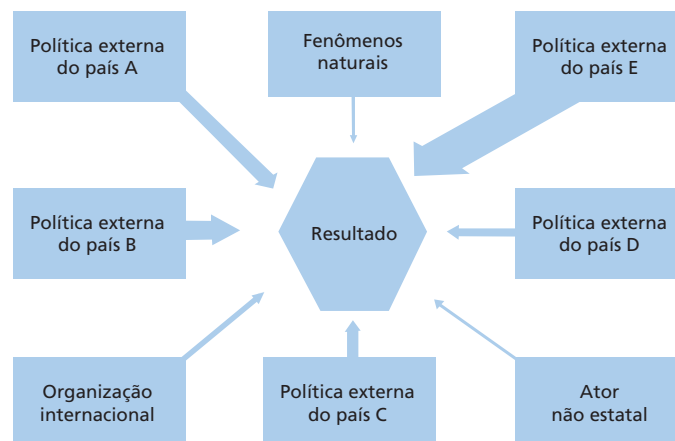
a agência de cada ator estatal soberano e a interação entre elas são uns dos principais elementos que compõem esses próprios condicionantes internacionais.<sup>6</sup>

Deve-se ter em mente que a política externa é, afinal, a única ferramenta à disposição de toda e qualquer nação soberana para defender seus interesses – e enfrentar as restrições externas. Portanto, como esses atores têm a prerrogativa de definir autonomamente as ações que vão empreender no sistema internacional, quando postos em interação, o comportamento de cada um deles passa constantemente por um processo de transformação e de adaptação, decorrente em grande medida da antecipação e da reação às iniciativas uns dos outros. Disso resulta com alguma frequência, por exemplo, que as restrições ao sucesso da estratégia de um ator são consequências de reações às suas próprias ações. Em suma, pode-se afirmar que é em função desse processo interativo no sistema anárquico que os resultados da política externa apresentam um grau elevado de imprevisibilidade – e que, por isso, poucos trabalhos se dedicaram a avaliá-los.

A figura 3 contém uma proposta para consolidar esquematicamente a aplicação dessas reflexões para o caso do M&A/PE. Nela, a espessura das setas pretende evidenciar o peso diferenciado da intervenção de cada ator na formatação dos resultados. Vale assinalar, contudo, que a distribuição desses pesos foi realizada aleatoriamente, não havendo a pretensão de afirmar que sempre ocorra conforme essa configuração. Deve-se asseverar, ainda, que ela é uma simplificação que representa um momento estático, aquele em que se possa considerar, de acordo com o critério que se adote, que o prazo para que sejam obtidos os resultados pretendidos pela ação de um país tenha se esgotado (consequências finais).<sup>7</sup> Cabe ressaltar, por fim, que a quantidade de países, organizações internacionais, atores não estatais e fenômenos naturais também é evidentemente variável.

FIGURA 3

Cadeia causal do M&A/PE, com foco em resultados e com a absorção dos aportes da APE



Elaboração do autor.

6. Para um aprofundamento exaustivo dessa questão, ver Wight (2008).

7. Ainda que não seja seu trabalho mais conhecido no campo das relações internacionais, vale indicar que Jervis (1997) produziu a obra que busca discutir da forma mais completa as dificuldades em fazer escolhas em política externa devido à complexidade sistêmica. Nesse trabalho, o autor tem como foco refletir teoricamente sobre as incertezas que são produzidas tanto pelas características do sistema internacional como pela interação dinâmica entre os atores estatais.



### 3 CONCLUSÃO

No final do século XX, o encerramento da Guerra Fria teve como consequência, entre outros fatores, a geração de um forte consenso internacional ao redor das ideias do liberalismo econômico e da crença na democracia como a melhor alternativa de regime político disponível.<sup>8</sup> Na conjunção dessas visões, a maximização da eficiência econômica passou a desempenhar um papel central nas prescrições para o aperfeiçoamento dos sistemas democráticos. Uma das consequências práticas foi a propagação de ajustes fiscais e de reformas do setor público ao redor do mundo. Por estar em conformidade com essa doutrina, proporcionou-se a potencialização das discussões sobre *accountability*<sup>9</sup> e de sua entrada no debate público. Com a função de dar suporte técnico a essa agenda de medidas, insere-se nesse contexto o crescimento do M&A/PP.

No século XXI, embora tenha permanecido alta, a influência desse ideário deixou de ser hegemônica. No que tange às prescrições que dele derivaram, diversos fatores ensejaram a perda do seu apelo normativo, com destaque para o aumento da concentração de renda observado em praticamente todos os países em que essas prescrições foram aplicadas, além da precarização das relações trabalhistas<sup>10</sup> (Sanahuja, 2019). Seu questionamento público foi evidenciado pela disseminação de enormes protestos populares em várias partes do planeta,<sup>11</sup> sobretudo após a Grande Recessão que se seguiu à crise financeira internacional de 2008. Devido a este e outros motivos, na última década a própria democracia passou a atravessar uma séria crise global de legitimidade, marcada não somente por polarização político-ideológica das sociedades nacionais, mas também por perda progressiva da confiança dos cidadãos nas instituições públicas (McCoy, Rahman e Somer, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018). De um cenário em que o avanço de mecanismos de *accountability* se justificava pela racionalização dos gastos do setor público, passou-se a uma conjuntura em que o estudo, a proposição e o aperfeiçoamento desses instrumentos se tornaram imperativos para que, em alguns casos extremos, a própria adoção do regime político não corra o risco de ser abandonada.

Nesse sentido, devido ao seu potencial em colaborar com a superação dos descontentamentos populares com as ações empreendidas pelos governos, a demanda por sistemas de M&A/PP permaneceu alta. A política externa, contudo, não foi objeto de uma quantidade de pesquisas avaliativas comparável ao caso das demais políticas públicas. Durante o conflito bipolar, mesmo entre as grandes potências capitalistas democráticas, das quais se destacavam os Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental, o contexto permitia que a confidencialidade de parte da tomada de decisões de política externa não fosse objeto de contestação na opinião pública – justificada por argumentos baseados na defesa do interesse nacional. Entretanto, desde o final dos anos 1970, com o acúmulo de vidas americanas perdidas na Guerra do Vietnã, o questionamento desses privilégios da pasta internacional passou a ganhar coro junto à sociedade dos países democráticos. Conforme visto, no entanto, o M&A/PE não foi um tema que recebeu muitos aportes do campo de APE, um dos motivos para que essa tarefa tampouco tenha sido realizada pelos governos nacionais em intensidade semelhante à de outras políticas públicas.

8. A obra de Fukuyama (2012), originalmente publicada em 1992, representa a expressão mais simbólica da síntese dessas perspectivas.

9. Segundo Thomas (1998, p. 352), a *accountability* pode ser definida nos termos mais gerais como “uma obrigação [dos governantes] de explicar ou justificar [aos cidadãos] como as suas responsabilidades são cumpridas”.

10. No campo das ideias, a obra de Piketty (2014) foi fundamental para o lançamento desse debate.

11. Sobre esses levantes, ver Bringel (2013).

Por muitos anos, os obstáculos teórico-metodológicos decorrentes da complexidade sistêmica internacional, brevemente elencados neste artigo, contribuíram para que não fosse despertado muito interesse dos especialistas da APE sobre o M&A/PE, impedindo a elaboração de uma quantidade razoável de procedimentos e ferramentas que, do ponto de vista das especificidades da política externa, dessem suporte científico a essa empreitada. Em que pese essas dificuldades, elas não podem ser utilizadas como argumento para que sua realização não ocorra. Com as transformações em curso no sistema internacional desde os anos 1990, sobretudo os efeitos oriundos da globalização e da crescente interdependência econômica, intensificou-se a porosidade externa dos países, afetando todas as políticas públicas e, em última análise, gerando impactos no cotidiano e no bem-estar da população. Nessa direção, o M&A/PE, além de colaborar para um melhor desempenho da política externa e dos demais programas governamentais, também tem a função de promover a *accountability* em regimes democráticos. Por isso, sua promoção, em um contexto de crise mundial desse tipo de regime político, exige dedicação redobrada de pesquisadores e burocratas, com apoio da sociedade civil.

O Ipea, que tem como uma de suas missões avaliar as políticas públicas brasileiras, decidiu assumir formalmente o desafio no início de 2021, quando foi criado o projeto de pesquisa Monitoramento e Avaliação da Política Externa Brasileira: uma Proposta Preliminar para uma Rotina Geral. Até o final de 2022, a primeira leva de estudos resultante das investigações será publicada na forma de um livro. Entre outros temas, a obra conta com uma revisão da literatura das áreas de APE, de análise de políticas públicas e da jovem ciência de dados, a qual busca apontar os caminhos possíveis para que, de alguma maneira, o M&A/PE seja realizado.

## REFERÊNCIAS

- BREUNING, M. **Foreign policy analysis: a comparative introduction**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.
- BRINGEL, B. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Dossiê Temático**, n. 3, p. 16-29, 2013.
- CRUMPTON, C. D. *et al.* Evaluation of public policies in Brazil and the United States: a research analysis in the last 10 years. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 981-1001, 2016.
- FUKUYAMA, F. **The end of history and the last man**. London: Penguin, 2012.
- HUDSON, V. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory**. 2nd ed. Lanham: Rowman and Littlefield, 2014.
- JERVIS, R. **System effects: complexity in political and social life**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- LAVELLE, J. M.; DONALDSON, S. I. The state of preparing evaluators. **New Directions For Evaluation**, v. 145, p. 39-52, 2015. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ev.20110>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. London: Penguin, 2018.
- MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 16-42, Jan. 2018.
- MORIN, J.-F.; PAQUIN, J. **Foreign policy analysis: a toolbox**. London: Palgrave MacMillan, 2018.
- PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- ROSENAU, J. Pre-theories and theories of foreign policy. In: FARREL, B. **Approaches to comparative and international politics**. Evanston: Northwestern University Press, 1966.



SANAHUJA, J. A. El ascenso global de la ultraderecha y el nacionalismo: crisis de la globalización, el regionalismo y el orden liberal. *In*: BORBON, J. A. (Ed.). **América Latina frente a la reconfiguración global**. San José: Flacso Secretaría General, 2019. p. 31-64.

SCHRODT, P. A. Event data in foreign policy analysis. *In*: NEACK, L.; HEY, J. H. K.; HANEY, P. J. **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995. chap. 9.

SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. (Ed.). **Foreign policy: theories, actors, cases**. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SNYDER, R.; BRUCK, H. W.; SAPIN, B. (Ed.). **Decision-making as an approach to the study of international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1954.

SPROUT, H.; SPROUT, M. **Man-milieu relationship hypotheses in the context of international politics**. Princeton: Princeton University Press, 1956.

THOMAS, P. The changing nature of accountability. *In*: PETERS, G.; SAVOIE, D. J. (Ed.). **Taking stock: assessing public sector reforms**. London: McGill-Queen's University Press, 1998. p. 348-393.

WALTZ, K. **Man, the state and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

WIGHT, C. **Agents, structures, and international relations: politics as ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

